

Política de Privacidade

Objetivo

Sendo a privacidade um direito fundamental dos cidadãos, consagrado na legislação nacional e europeia, a Ascendi compromete-se com a sua proteção em todas as vertentes do relacionamento com os seus clientes, utilizadores, fornecedores, parceiros, colaboradores e quaisquer outros titulares de dados, nos termos definidos na sua Política de Proteção de Dados Pessoais e, bem assim, em estrita observância com o disposto na legislação nacional de proteção de dados e no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (adiante o “RGPD”).

O objetivo da Política de Privacidade é comunicar o compromisso da Ascendi em garantir a proteção dos dados recolhidos nas mais adequadas e exigentes condições de confidencialidade, disponibilidade e integridade, em conformidade com as normas legais aplicáveis e assegurando a confiança dos titulares.

Em particular, a presente Política de Privacidade determina os modelos de recolha e tratamento dos dados pessoais e de exercício dos direitos relativamente a estes dados, garantindo os princípios da transparência e da informação junto dos titulares dos dados e da opinião pública.

Enquadramento

No Grupo Ascendi, as principais Entidades Responsáveis pelo tratamento de dados pessoais são a Ascendi O&M, S.A., para os tratamentos relacionados com a atividade de cobrança de portagens, e a Ascendi IGI, Inovação e Gestão de Infraestruturas, S.A., no que se refere aos tratamentos do âmbito da operação e manutenção das infraestruturas rodoviárias (doravante designadas por “Ascendi”).

A subcontratação do tratamento de dados ou a transferência de dados pessoais entre as sociedades do grupo encontra-se regulada por acordo intragrupo de tratamento de dados pessoais.

As plataformas eletrónicas do domínio Ascendi podem conter ligações para websites e serviços de outras entidades com as suas próprias políticas de privacidade. Em caso de utilização dessas ligações aplica-se ao utilizador a política de privacidade específica dessa entidade, não sendo a Ascendi responsável pelo tratamento de dados efetuado por entidades terceiras cujo controlo não depende de si.

Definições

Para efeitos desta Política, os termos “Dados Pessoais”, “Tratamento”, “Responsável pelo tratamento” e “Subcontratado”, têm o significado que consta do artigo 4.º do RGPD, conforme segue:

- Dados pessoais: informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável, sendo que é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, designadamente por referência a um

número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social.

- Tratamento: a operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

- Responsável pelo tratamento: a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

- Subcontratado: uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento.

Diretrizes

1. Recolha e tratamento de dados
2. Transferência dos dados
3. Armazenamento e conservação
4. Direitos dos titulares de dados pessoais
5. Segurança dos Dados
6. Alterações à Política de Privacidade

1. Recolha e tratamento de dados

A Ascendi recolhe e trata dados pessoais exclusivamente para fins lícitos, designadamente:

- Proceder à cobrança de taxas de portagem, nomeadamente taxas de portagem em dívida, e prestar serviços conexos, sendo a sua base de licitude a legislação de cobrança de portagens em vigor, nomeadamente as disposições da Lei n.º 25/2006, de 30 de junho.

- Proceder à operação e manutenção das vias sob sua gestão, sendo a sua base de licitude o cumprimento das obrigações decorrentes dos respetivos Contratos de Concessão, de Subconcessão ou de Prestação de Serviços.

- Gerir canais de denúncia interna e externa, procedendo à análise das comunicações naqueles apresentadas, em concretização dos princípios de atuação e valores estabelecidos internamente, especialmente a transparência, a integridade e a conformidade, e tendo por base o consentimento do denunciante e a legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente o regime geral de proteção de denunciante de infrações estabelecido na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro.

- Outras atividades, designadamente de índole comercial, incluindo o envio de comunicações eletrónicas, desde que para tal tenha obtido expresso consentimento do respetivo titular, conforme disposto na alínea a) n.º 1, do Artigo 6.º, do RGPD.

Os dados pessoais recolhidos dependem do contexto das interações entre o titular dos dados e a Ascendi, podendo incluir, entre outros:

Identificação: nome; NIF; nacionalidade; cartão de cidadão; carta de condução;

Contactos: morada/código postal/localidade/país; endereço de correio eletrónico/e-mail; número de telefone e/ou telemóvel.

Dados de localização: passagens em locais de cobrança;

Vídeo: instalações da Ascendi ou circulação pelas redes de autoestradas;

Voz: gravação de chamadas;

Dados do veículo: matrícula/identificador/documento único automóvel ou equiparado;

Dados de faturação: notificação/documento de cobrança/fatura/recibo;

Dados de dívidas: valores de taxas de portagem, custos administrativos e coimas;

Dados de registo e navegação: utilizador/e-mail; password; logs de acesso e de interação através dos websites, portais e aplicações móveis;

Dados bancários: IBAN;

Candidaturas: CV; informação curricular; experiência profissional; formação e outros;

Denúncias: teor da denúncia; relação com a Ascendi; informação de suporte; Opcional: nome; e-mail.

A Ascendi assume que os dados pessoais recolhidos foram disponibilizados pelo respetivo titular ou que a sua disponibilização foi por este autorizada, sendo os mesmos verdadeiros, atuais e exatos, sem prejuízo, em particular, da possibilidade de exercício pelo titular do seu direito à retificação.

2. Transferência dos dados

A Ascendi poderá transmitir dados pessoais a terceiros desde que para o efeito tenha obtido prévio consentimento do titular, ou ainda quando, nos termos da lei:

- A transmissão seja efetuada no âmbito do cumprimento de uma obrigação legal, de uma deliberação ou autorização da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou de uma ordem judicial;

- A comunicação seja levada a cabo para proteger interesses vitais dos utilizadores ou qualquer outra finalidade legítima prevista na lei;

- A Ascendi subcontrate outras entidades para a prestação de serviços de forma a permitir a operacionalização de processos internos e obrigações, nomeadamente,

contratuais, fiscais ou legais;

- O tratamento de dados pessoais corresponda a um interesse legítimo da Ascendi ou de terceiros, exceto quando sobre esse interesse legítimo prevaleçam interesses, direitos ou liberdades fundamentais do titular.

Nos casos em que exista base legal para transmissão de dados pessoais a terceiros, a Ascendi assegura que estas entidades terão o acesso à informação dos dados recolhidos limitado à que for necessária à prossecução do fim específico legítimo a que esta se destina.

A transmissão de dados pessoais, conforme descrito nesta Política de Privacidade, não inclui a transferência internacional de dados pessoais para países fora do Espaço Económico Europeu.

Os dados pessoais recolhidos no âmbito de serviços de cobrança de portagens podem ser cedidos para tratamento com as mesmas finalidades, a concessionárias, subconcessionárias ou qualquer operadora de infraestruturas rodoviárias para as quais a Ascendi presta serviços de cobrança de portagens.

No âmbito da interligação dos portais de cobrança de portagens, destinada à disponibilização da possibilidade de, numa única plataforma, consultar, de forma transversal e voluntária, todas as portagens em dívida e efetuar o respetivo pagamento, relativamente aos vários portais, são responsáveis conjuntos por este tratamento, em específico, nos termos do disposto no art.º 26.º n.º 1 do RGPD, a Ascendi O&M S.A., a Portvias – Portagem de Vias, S.A., a ViaLivre, S.A., e a Via Verde Portugal – Gestão de Sistemas Eletrónicos de Cobrança, S.A..

Para os devidos efeitos, os Responsáveis pelo Tratamento assinaram um acordo de responsabilidade conjunta nos termos do disposto no art.º 26.º n.º 1 do RGPD, no qual foram estabelecidas as respetivas responsabilidades e cuja essência do mesmo, poderá, nos termos do n.º 2 daquele artigo, ser consultada [aqui](#)

3. Armazenamento e conservação

Caso não exista prazo legal de conservação, os dados são armazenados e conservados apenas pelo período mínimo necessário para as finalidades que motivaram a sua recolha e posterior tratamento, findo o qual terão o tratamento adequado, sendo destruídos ou anonimizados, a menos que esteja em causa o cumprimento de obrigação legal ou de ordem judicial.

A Ascendi guarda os dados pessoais em sistemas que se encontram em ambiente seguro, protegidos de acessos não autorizados ou utilização indevida.

Os sistemas que tratam os dados pessoais e respetivos repositórios são da responsabilidade da Ascendi e encontram-se localizados em países da União Europeia..

4. Direitos dos titulares de dados pessoais

A Ascendi assegura aos titulares dos dados pessoais a possibilidade de exercício

dos seus direitos nos termos das disposições do RGPD, nomeadamente os direitos de acesso, retificação, apagamento, oposição, limitação do tratamento, portabilidade dos dados, não sujeição a decisões automatizadas e representação.

Para exercer os seus direitos o titular dos dados poderá optar por um dos canais disponibilizados pela Ascendi para o efeito, designadamente:

- Site internet da Ascendi, através de submissão de formulário disponível em <https://portal.ascendi.pt/apoio-a-clientes>, opção Tratamento de Dados Pessoais -> Exercer os meus Direitos.
- E-mail, para o endereço RGPD@ascendi.pt;
- Carta dirigida a/c do Encarregado da Proteção de Dados da Ascendi, Edifício Litografia Lusitânia, Praça Mouzinho de Albuquerque, n.º 197, 4100-360 Porto, Portugal;
- Presencial, através de preenchimento de formulário físico disponível no horário de abertura do posto de atendimento ao público da Ascendi, localizado na Rua de Agramonte n.º 132, Porto, Portugal.

O titular dos dados pessoais poderá contactar o Encarregado de Proteção de Dados da Ascendi, sem prejuízo de poder exercer também o seu direito de reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados utilizando os contactos disponibilizados para o efeito por esta entidade.

5. Segurança dos Dados

A Ascendi desenvolve os seus melhores esforços para proteger os dados pessoais por si recolhidos ou tratados contra acessos não autorizados, perda ou utilização indevida. Para o efeito, implementa as medidas técnicas e organizativas adequadas, que sejam entendidas como necessárias e suficientes para proteger os dados pessoais contra a destruição, a perda, a alteração, a difusão, o acesso não autorizado ou qualquer outra forma de tratamento acidental ou ilícito. Estas medidas incluem a implementação de controlos de acesso apropriados e, sempre que possível, a encriptação, pseudonimização e anonimização dos dados pessoais.

O acesso a dados pessoais por não titulares é apenas permitido nos termos supra descritos, exclusivamente em função da demonstração da necessidade efetiva do seu conhecimento, e, quando tratados por terceiros, antecedido de sujeição a rigorosas obrigações de confidencialidade contratualmente consignadas.

Quando o acesso se estabelece por via eletrónica, é da responsabilidade do utilizador assegurar que o terminal que está a utilizar (computador, smartphone, etc.) se encontra adequadamente protegido contra *softwares* nocivos, vírus informáticos e *worms*. Adicionalmente, cabe ao utilizador adotar as medidas de segurança informática adequadas (por exemplo, a configuração segura do programa de navegação, a utilização de software antivírus atualizado e de *software* de barreira de segurança e a não utilização de *software* de origem duvidosa), sem as quais pode ser agravado o risco de os dados pessoais e passwords serem acedidos por terceiros sem autorização.

6. Alterações à Política de Privacidade

A Ascendi reserva-se o direito de modificar a Política de Privacidade em função de novas exigências legislativas e/ou regulamentares, por motivos de segurança ou com a finalidade de adaptar esta Política às instruções das autoridades de controlo em matéria de proteção de dados.

Qualquer alteração será imediatamente divulgada nos canais apropriados e referenciada através do número de versão e data de atualização.

Caso a alteração da Política de Privacidade tenha impacto direto no consentimento dado pelo Titular dos Dados, a Ascendi solicitará novo consentimento para o tratamento dos dados de acordo com a nova Política de Privacidade.

Data da última atualização: 15 de setembro de 2023